

A IMPORTÂNCIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

Taiane Lemos Lorencena¹
Renata Maria Gonzatti²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo abordar a importância dos novos movimentos sociais, a sua conceituação e de que forma os novos movimentos emergentes se configuram como importantes instrumentos na reivindicação de direitos sociais, bem como para a consolidação democrática. Esses novos processos de mobilização social mantêm em comum a sua origem ou sua articulação por meio das redes sociais, como o movimento 15M, ocorrido na Espanha em maio de 2011 e que motivou milhares de pessoas a irem às ruas, manifestando-se por seus ideais e pautando novas lutas sociais. São novos movimentos que se diferenciam dos movimentos tradicionais por não possuírem lideranças específicas, nem uma pauta de reivindicação previamente definidas. Por meio da abordagem hipotética-dedutiva a partir de pesquisa bibliográfica, pretende-se investigar se os novos movimentos sociais podem ser considerados nova forma de luta social para manutenção ou demanda de direitos e como mecanismo de consolidação da democracia.

Palavras-chave: Democracia; novos movimentos sociais; reivindicação.

ABSTRACT: This article aims to address the importance of the new social movements, their conceptualization and how the new emerging movements are configured as important instruments in the claim of social rights, as well as for the consolidation of democracy. These new processes of social mobilization keep in common their origin or their articulation through social networks, such as the 15M movement, which took place in Spain in May 2011 and which motivated thousands of people to take to the streets, manifesting themselves by their ideals and setting new social struggles. These are new movements that are different from the traditional movements because they do not have specific leaderships, nor do they have a predefined agenda. Through the hypothetical-deductive approach based on bibliographical research, it is intended to investigate whether the new social movements can be considered as a new form of social struggle for maintenance or demand for rights and as a mechanism for consolidating democracy.

Key-words: Democracy; new movements; social movements.

¹Mestranda em Direito, no eixo de Políticas Públicas de Inclusão Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) - Mestrado e Doutorado, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bacharela em Direito pela Universidade de Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Membro do grupo de pesquisas “Políticas Públicas no Tratamento de Conflitos”, coordenado pela Professora Pós-Doutora em Direito Fabiana Marion Spengler, vinculado ao PPGD - UNISC e certificado pelo CNPq. E-mail: taialorencena@hotmail.com

²Mestranda em Direito na Universidade de Santa Cruz do Sul, na linha de pesquisa Políticas Públicas de Inclusão Social. Graduada em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito, Cidadania e Políticas Públicas, coordenado pela Professora Doutora Marli Marlene Moraes da Costa. Professora do Curso Técnico em Assuntos Jurídicos da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. E-mail: renata.gonzatti@hotmail.com

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os movimentos sociais sempre foram vistos como uma forma coletiva de manifestação da sociedade acerca de alguma norma ou lei, ou decisão governamental que causasse prejuízos à sociedade ou ferisse direitos já conquistados ou para o avanço na conquista de novos direitos frente às mudanças sociais de determinado período.

Novos movimentos sociais foram surgindo como movimentos democráticos, mas, melhor ainda, reunindo vários grupos de pessoas para debaterem sobre os temas da atualidade, como foi o caso do 15M, movimento ocorrido na Espanha em 2011. Esse movimento se caracterizou por reunir milhares de pessoas, por meio das redes sociais, com o objetivo de manifestarem-se sobre temas politicamente relevantes, expondo suas opiniões e debatendo com as ideias contrárias à proposta política do governo e buscarem uma solução no intuito de efetivamente melhorar o país.

Tal grupo de pessoas, então, se reuniu em um movimento auto-organizado e pós-midiático no estado Espanhol, sob o nome de Democracia real ya (DRY) e com o lema de "não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros". A campanha não era apenas um protesto contra o estado das coisas, mas também fez oito afirmações claras de caráter propositivo: (1) eliminação dos privilégios da classe política; (2) controle de entidades bancárias; (3) direito à habitação; (4) medidas contra o desemprego; (5) serviços públicos de qualidade; (6) novas taxas, (7) democracia participativa; e (8) redução das despesas militares.

São esses assuntos, em parte já discutidos por outros movimentos sociais, que os novos movimentos, na conquista da democracia, trataram e que serão abordados nesse trabalho. Inicialmente, o presente artigo abordará a conceituação e origem dos movimentos sociais para, na sequência, tratar dos novos movimentos e apontar comparativamente as diferenças e semelhanças entre eles.

2. O QUE SÃO MOVIMENTOS SOCIAIS?

Os movimentos sociais são as expressões da organização da sociedade civil. Agem de forma coletiva como resistência à exclusão e luta pela inclusão

social. É nas ações destes que se apresentam as demandas sociais de determinadas classes sociais, materializando-se em atividades de manifestações como ocupações e passeatas em ruas, despertando uma sensibilização na consciência dos demais indivíduos, “ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (GOHN, 2011, p. 336).

Para Frank e Fuentes os movimentos sociais se baseiam “num sentimento de moralidade e (in)justiça e num poder social baseado na mobilização social contra as privações (exclusões) e pela sobrevivência e identidade” (FRANK e FUENTES, 1989, p. 19).

É com uma vigorosa capacidade de mobilização que “os sindicatos, as ONGs, e os diversos movimentos de luta conquistaram importantes direitos de cidadania ao longo da história brasileira” (LAMBERTUCCI, 2009, p. 82).

Gohn (2014) define como características de um movimento social: possuir liderança, base, demanda, opositores e antagonistas, conflitos sociais, um projeto sociopolítico, entre outros. Warren (2006) concorda com a autora ao definir em sentido amplo os movimentos sociais em torno de uma identificação de sujeitos coletivos, que possuem adversários e opositores, em torno de um projeto social.

São exemplos de movimentos sociais, o Movimento Negro e o Indígena, que se unem pela força de uma identidade étnica (negra ou indígena) e combatem o colonialismo, o racismo e a expropriação. Tudo isso em nome de um propósito maior: lutar pelo reconhecimento de sua identidade, suas tradições, valores e até mesmo de manutenção de um território que vive sob constante ameaça de invasão (os quilombos no caso dos negros e a luta pela demarcação de terras indígenas).

Ferreira (2003) define os movimentos sociais a partir das ações de grupos organizados que objetivam determinados fins, ou seja, os movimentos sociais se definem por uma ação coletiva de um grupo organizado e que objetiva alcançar mudanças sociais por meio da luta política, em função de valores ideológicos compartilhados, questionando uma determinada realidade que se caracteriza por algo impeditivo da realização dos anseios de tal movimento.

Com a luta dos movimentos sociais ampliou-se o leque de atores sociais, bem como o de novas facetas da cidadania, com ênfase na responsabilidade dos cidadãos na elaboração de Políticas Públicas, com espaços criados institucionalmente para esta parceria entre Estado e sociedade civil (como é o caso, por exemplo, dos conselhos gestores de políticas públicas), para aprofundar o debate sobre o papel dos Movimentos Sociais nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. “Novos e antigos atores sociais fixarão suas metas na conquista de espaços na sociedade política, especialmente nas parcerias que se abrem entre governo e sociedade civil organizada, por meio de Políticas Públicas” (GOHN, 2014, p. 58).

Também se atribui aos movimentos sociais um importante papel na execução das políticas públicas. Nesse sentido, afirma Lambertucci, “as contribuições dos movimentos e organizações sociais impactam as políticas públicas e são garantias de execução, isto significa uma mudança na relação com a sociedade civil e um autêntico reconhecimento do papel das entidades” (LAMBERTUCCI, 2009, p. 72).

Ainda, o mesmo autor, chama a atenção para o fato de como tais organizações e movimentos sociais constituem espaços de participação em uma grande rede entre indivíduos, sendo através destas redes que “os atores sociais formam opinião, se expressam, fazem sua vontade ganhar poder coletivo e, assim, interferem nos destinos do país”. (LAMBERTUCCI, 2009, p. 82).

Não obstante, em tempos de tecnologia e cibercultura, vale ressaltar também como nossa época é marcada pela comunicação em massa das redes sociais na internet, levando à ocorrência de marchas pelas ruas, onde os manifestantes se mobilizam através de redes sociais. O Movimento #VemPraRua ocorrido no Brasil em 2013 e outras manifestações ocorridas em vários países da Europa e da África, como a *Primavera Árabe* (entre 2010 e 2012) e os *Indignados na Europa* (entre 2011 e 2012), são exemplos disso (GOHN, 2014).

Nesse contexto destaca-se o movimento 15M, ocorrido na Espanha. Em 15 de maio de 2011 foi um daqueles momentos em que as pessoas saíram às ruas bradando por mais democracia, resumida na frase: democracia distribuída implica distribuição de riqueza.

Os cinco pontos que foram apontados como aglutinadores do movimento #12m15m foram dinheiro público para resgatar os bancos, a privatização dos cuidados de saúde e educação pública, reforma laboral e precariedade, acesso a habitação e a necessidade de renda básica universal. Estes cinco pontos funcionaram como uma retaguarda, mas não se configuraram como uma série de princípios políticos prioritários sobre uma hierarquia de conteúdos que torna os outros invisíveis. (UNIVERSIDAD, 2011).

A definição dos cinco motivos do #12m15m decorreram da gravidade em que os pobres espanhóis não conseguiam suportar as despesas até o final do mês, dos mais de 5 milhões e meio desempregados, 50% de jovens desempregados, de famílias que foram expulsas de suas casas por causa da violência da hipoteca, dos migrantes que foram lugares mais prósperos. (UNIVERSIDAD, 2011). Dentro dessa realidade social em que estavam inseridos, resultou seu programa de ação e mobilização, nos seguintes termos:

1. Não há mais um euro para resgatar bancos. Auditoria da dívida. Não pagaremos a dívida ilegítima criada por aqueles que provocou a crise.
2. Educação pública e saúde, gratuitamente. Não aos cortes nas despesas públicas, não à privatização de serviços públicos.
3. Distribuição do trabalho, salários dignos e não precariedade. Retirada da reforma trabalhista.
4. Garantia de acesso a habitação decente. Datação em pagamento retroativo. Parque de moradias para aluguel social. Promoção de cooperativas habitacionais.
5. Reforma fiscal que permite uma distribuição justa a riqueza que produzimos entre todos. Renda básica universal. O quincungal também é sinônimo de que ninguém acredite no conto de austeridade. Austeridade é a forma de garantir a domínio impossível de 1% acima de 99%, enquanto as batalhas de a reapropriação de riqueza e direitos continuam seu curso. (UNIVERSIDAD, 2011).

Por meio dos novos movimentos, das manifestações, marchas e ocupações cresce uma cidadania ativa. São os movimentos que “simbolizam uma nova forma de fazer política. Não a política partidária, oficial, mas a política no sentido dos gregos, do cidadão que se manifesta e discute na praça pública” (GOHN, 2014, p. 75).

Estas novas formas de protestos com as recentes TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) criaram o conceito de *ciberativismo*: uma forma de ativismo realizado através de tecnologias de informação e comunicação, principalmente através da internet. A utilização das informações por meio da

Internet passou a ter maior visibilidade não só pelo baixo custo e eficácia na resposta a curto, médio e longo prazo pela comunidade virtual, como pela facilidade e velocidade com que as informações podem ir de um extremo a outro do planeta.

O que as marchas, manifestações, ocupações e protestos que ocorreram ao longo de 2011, 2012 e 2013 têm em comum: São articuladas via redes sociais, internet e celulares; são compostas por manifestantes que não tem necessariamente uma Ideologia Política (a adesão é a uma causa, ou mais de uma, e não à Ideologia de um grupo) e não pertencem a um grupo específico (político ou não) e por isso não tem ligação Política partidária (mesmo que entre seus manifestantes haja pessoas ligadas a algum grupo político); as manifestações ocorrem à margem não apenas de partidos mas também de sindicatos; os protestos têm grande visibilidade na mídia em função do grande número de contingente que consegue agrupar; a Democracia é um dos eixos articuladores das marchas, em seu sentido e exercício pleno; são espaços de aprendizagem que se produzem a partir de uma vivência e experiência, no sentido de uma educação não formal; contribuem para a construção de uma nova cultura política (GOHN, 2014, p. 74-76).

Para Gohn a cibercultura tem alterado as formas de mobilização social de várias maneiras, tanto no que diz respeito a “ação coletiva de movimentos alterglobalização” (GOHN, 2014, p. 19), que também é impulsionada pelas novas formas de comunicação e informação, quanto no que concerne à forma de comunicação entre jovens manifestantes afirmando, inclusive, que “saber se comunicar on-line ganha *status* de ferramenta principal para articular as ações coletivas” (GOHN, 2014, p. 17).

O desenvolvimento da internet tem alterado não apenas a forma de articulação dos protestos e movimentos sociais, como a própria concepção da democracia. “A Internet não permite somente comunicar mais, melhor e mais rápido; ela alarga formidavelmente o espaço público e transforma a própria natureza da democracia” (CARDON, 2012, p. 01) ao mesmo tempo em que mudou o perfil do ativista que passa a “dominar códigos das novas tecnologias e participar das redes sociais” [...] (GOHN, 2014, p. 60).

3. O QUE SÃO E COMO SE CONSOLIDAM OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELA DEMOCRACIA

Diversos autores têm se debruçado em caracterizar os novos movimentos sociais, as características que os definem, suas metodologias de ação e a forma de ativismo e mobilização.

Existem cinco características gerais básicas dos NMS (novos movimentos sociais). A primeira é a construção de um modelo teórico baseado na cultura. Os teóricos dos NMS negaram a visão funcionalista da cultura como um conjunto fixo e predeterminado de normas e valores herdados do passado, sabendo que no paradigma marxista o conceito de ideologia está intimamente ligado ao de consciência de classe. Como a categoria da consciência de classe não tem relevância no paradigma dos NMS, mas apenas a das ideologias, atuando no campo da cultura. Concluímos que a categoria da cultura foi apropriada e transformada no decorrer de sua utilização pelo paradigma dos NMS'. (GOHN, 1997, p. 121).

A mesma autora ainda aponta, a negação do marxismo visto que a atuação dos movimentos é mais ampla do que este marco teórico é capaz de explicar. De acordo com ela, “ o marxismo foi descartado porque trata da ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade”. (GOHN, 1997, p. 122).

Outras diferenças entre os movimentos tradicionais e os novos movimentos estão na eliminação do sujeito histórico, a redefinição da política, que deixa de ser um nível numa escala em que há hierarquias e determinações e passa a ser uma dimensão da vida social, abraçando todas as práticas sociais. Por fim, os atores sociais são analisados pelos teóricos dos NMS prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo. Não se trata de um processo linear, mas de interação, de negociação e de oposição de diferentes orientações. O grande destaque será para a lógica que cria a identidade coletiva que permeia as ações de um grupo.

A identidade coletiva tem centralidade nas explicações dos NMS, visto que a identidade é considerada como parte constitutiva e bandeira da sua ação, mas ainda se trata de uma questão em aberto.

Concorda-se com Foweraker quando ele afirma que o paradigma dos Novos Movimentos Sociais se define a partir da identidade coletiva. O próprio Melucci afirma que o novo nos “Novos Movimentos Sociais é ainda uma questão aberta”. Ainda segundo Foweraker, “uma das principais afirmações da tese dos Novos Movimentos Sociais é que eles

são novos por que não tem uma clara base e porque não tem um interesse especial de apelo para nenhum daqueles grupos. São de interesses difusos'. (GOHN, 1997, p. 124).

Pesquisadores europeus e americanos demonstraram que movimentos de jovens, de mulheres, pela paz, de estudantes, religiosos, etc., já haviam ocorrido no início do século, no entanto eles sustentam que “uma das contribuições da abordagem contemporânea dos Novos Movimentos Sociais foi ter chamado a atenção para o significado das mudanças morfológicas na estrutura e na ação dos movimentos, relacionando-as com transformações estruturais na sociedade como um todo, que resulta numa outra característica dos NMS que é a recusa de uma política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos, visto que estão mais preocupados em assegurar direitos sociais existentes ou ser adquiridos para suas clientelas.

Os NSM negaram também a Movimentação de recurso (MR) devido a seu neo utilitarismo, baseado numa análise cujo modelo é: atores racionais atuando nos conflitos contemporâneos. Os teóricos dos NMS afirmam que as ações coletivas não se restringiriam a trocas, negociações e cálculos estratégicos entre os adversários. Não há lugar na estrutura para os velhos líderes oligárquicos, que se destacavam por sua oratória, por seu carisma e por seu poder sobre seus liderados. Melucci fala da pluralidade de orientações presentes em cada movimento e Taylor e Wittier afirmam que a preocupação com a identidade coletiva decorre do crescente aumento da fragmentação e pluralidade da realidade social. (GOHN, 1997, p. 126).

Jhonston, Larana e Gussfield (1994) apresentam oito interessantes características básicas dos NMS que os diferem dos movimentos sociais tradicionais. A primeira está no fato de que não há clara definição do papel estrutural dos participantes. Há uma tendência para a base social dos NMS transcender a estrutura de classes. Segunda, as características ideológicas dos NMS apresentam nítido contraste com os movimentos da classe trabalhadora. Terceira, os NMS envolvem a emergência de novas dimensões da identidade. Quarta, a relação entre o indivíduo e o coletivo é obscurecido. Quinta, os NMS envolvem aspectos pessoais e íntimos da vida humana. Sexta, há o uso de táticas radicais de mobilização de ruptura e resistência que diferem fundamentalmente das utilizadas pela classe trabalhadora, como a não violência, o desobediência civil etc. Sétima, a organização e a proliferação dos NMS estão relacionados com

a crise de credibilidade dos canais convencionais de participação nas democracias ocidentais. “Por fim, a oitava, em que se vê que os NMS se organizam de forma difusa, segmentada e descentralizada, ao contrário dos partidos de massa tradicionais, centralizados e burocratizados”. (GOHN, 1997, p.127).

A teoria dos NMS está incompleta porque os conceitos que a sustentaram não estão suficientemente explicados. O que temos é um diagnóstico das manifestações coletivas contemporâneas que geraram movimentos sociais e a demarcação de suas diferenças em relação ao passado, cujas características estão acima apontadas. Inegavelmente, esses movimentos geraram certas mudanças significativas, tanto na sociedade civil como na política.

Entretanto, ainda há um processo de transição em curso. Na América latina, por exemplo, vários movimentos populares, das mulheres, dos negros, etc., não direcionaram suas frentes de luta totalmente para fora das estruturas de poder estatal, da sociedade política, porque a própria sociedade civil estava, havia longas décadas, controlada pelas estruturas do poder estatal. Offe e Evers veem algo novo nas ações de uma sociedade agindo por si própria e controlando ao Estado, embora destaquem que a flexibilidade e a organicidade dos movimentos contribuem para limitá-los e fragmentá-los.

Algumas categorias que ficaram por duas décadas congeladas, por pertencerem ao corpo teórico funcionalista (tais como cor, raça, nacionalidade, língua, vizinhança etc., que eram utilizadas como atributos básicos explicativos da ação dos indivíduos e grupos), foram retomadas de forma totalmente nova, em esquemas que privilegiam a heterogeneidade.

Os principais teóricos contemporâneos a alimentar as formulações e estudos sobre os chamados movimentos sociais alternativos foram Felix Guattari, Giles Deleuze e principalmente Michel Foucault. Para Kuhn, não há crise de paradigmas, mas sim ocorre uma volta à filosofia e ao debate sobre seus fundamentos. Nesse processo se passa por uma procura dos fundamentos da ciência, não apenas por meio de experiências, do exercício de critérios e procedimentos empiricamente verificáveis.

Outros autores que merecem destaque na análise dos novos movimentos são Habermas e Foucault, que, de acordo com Gohn,

Habermas trata os movimentos sociais como indicadores do potencial de crise do capitalismo tardio, em sua obra "Teoria da ação comunicativa", ele identifica os novos movimentos sociais com a resistência defensiva aos processos de extensão da racionalidade técnica dentro de todas as esferas da vida social. Para ele os novos problemas sociais tem relação com qualidade de vida, igualdade de direitos, auto realização individual, participação e direitos humanos, a nova política dos movimentos sociais advém basicamente da nova classe média, da geração dos jovens e dos grupos sociais com mais alto grau educacional'. (GOHN, 1997, p. 140).

O discurso, a fala, dos que lutam contra todas as formas de opressão é uma tarefa também do novo intelectual foucaultiano, assim como denunciar, falar publicamente dos focos particulares de poder; são todas lutas a serem abraçadas pelos novos intelectuais. Para Guatarri (1985) os movimentos sociais não se caracterizam pela busca do consenso, mas pela busca de uma intervenção analítica, um movimento não se esgota numa secretaria governamental, se o movimento se reduzir a isto, ele morre.

Para Touraine (Apud, GOHN, 1997, p. 143) todo movimento social é ao mesmo tempo um movimento de classe, um movimento anticapitalista. Enquanto na sociedade dominante ganham importância os movimentos sociais contestatórios em nome do direito do trabalho, e conclui dizendo que nas sociedades dependentes o único agente capaz de aglutinar as forças presentes nos movimentos populares é o Estado, enquanto força política exterior e agente unificador de uma sociedade cortada em dois.

Destacam-se ainda três elementos construtivos em um movimento social: o ator, seu adversário e o que está em jogo no conflito. E existiria três princípios de interpretação dos movimentos sociais: identidade, oposição e totalidade, que se reagrupam no âmbito da ação coletiva, das dialéticas de criação e de controle, situadas desta vez imediatamente no campo dos problemas da sociedade industrial. (GOHN, 1997, p. 145).

Diversas são as correntes que buscam explicar e fundamentar os novos movimentos sociais, entre elas destacam-se a corrente italiana, que tem como autor de expressão Alberto Melucci que dá ênfase à identidade coletiva, e define os movimentos sociais como

um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo. (MELUCCI, 1996, p. 20).

Para o autor, o movimento social é uma construção e não um objeto empírico ou um fenômeno observável, dentro de uma dimensão analítica que indica determinadas qualidades dentro de uma atuação coletiva. Sob essa análise, os “[...] movimentos são entidades que se movem com a unidade de objetivos a eles atribuídos por alguns ideólogos. Movimentos são sistemas de ações, redes complexas entre os diferentes níveis e significados da ação social”. (GOHN, 1997, p. 155). Por sua vez, os

Os movimentos de classes buscam subverter a ordem social e transformar o modo de produção e as relações de classe. Melucci distingue diferentes tipos de ação social, tais como a de grupos em que não há solidariedade entre as pessoas, ou comportamentos orientados exclusivamente do exterior, que não se referem ao grupo propriamente dito. (GOHN, 1997, p. 157).

Em 1992, Melucci afirma os movimentos sociais “ajudam a entender a criação da ação social, assim como a ação individual, e levam a exploração de novas possibilidades, pois se trata de uma ação que mantém distância da própria herança e signos dos lugares e caminhos nos quais a sociedade constrói a si própria” (MELUCCI, 1992, p. 44). Ainda, os movimentos se movem, se articulam a partir da construção de identidades coletivas o que serve de orientação para o grupo na busca de soluções coletivas.

A identidade coletiva é também um processo de aprendizagem do sistema de relações e representações que compõe as ações coletivas dos movimentos, os atores coletivos desenvolvem a capacidade de resolver problemas criados pelo meio que os circunda e tornam-se progressivamente, independentes e autônomos em sua capacidade para a ação dentro da rede de relacionamentos nos quais estão situados (GOHN, 1997, p. 160).

Os movimentos sociais são vistos como fenômenos simultaneamente discursivos e políticos, localizados na fronteira entre as referências da vida pessoal e da política. Dimensão pessoal porque as pessoas não são moldadas apenas por condições estruturais, assim como não são indivíduos racionais apenas. Experiências corporais, emocionais e afetivas também constroem o universo simbólico de representações dos indivíduos. Os movimentos sociais dos anos 70 e 80 foram a última transação de movimentos como atores políticos para movimentos como forma.

Outra corrente que analisa os movimentos sociais é a corrente alemã, que tem como expoentes o autor Claus Offe e a abordagem neomarxista, que prioriza a análise política, fazendo articulações entre o campo e o sociocultural. No cenário delineado por análises de cunho mais estrutural. Para Offe,

os movimentos sociais são elementos novos dentro de uma nova ordem que estaria se criando. Eles reivindicam seu reconhecimento como interlocutores válidos, atuam na esfera pública e privada. Objetivam a interferência em políticas do Estado e em hábitos e valores da sociedade, articulando-se em torno de objetivos concretos (GOHN, 1997, p.167).

O que é destacado nos estudos marxistas contemporâneos é que os movimentos não surgem espontaneamente, que os movimentos sociais são organizações de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens e serviços que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos.

O paradigma marxista aplicado à análise dos movimentos sociais tem sido visto como sinônimo de análise do movimento operário, entretanto devem reconhecer que o marxismo, aplicado ao estudo dos movimentos sociais operários e não operários, não é apenas uma teoria explicativa, mas é também uma teoria orientadora para os próprios movimentos. As teorias marxistas são utilizadas para refletir sobre a origem dos participantes, os interesses do movimento, assim como o programa ideológico que fundamenta suas ações (GOHN, 1997, p.173).

Para Marx, o movimento social exclui o movimento político, mas jamais haverá movimento político que não seja ao mesmo tempo social. Ele se refere que “além dos distintos movimentos econômicos dos operários, surgem em todos os lugares movimentos políticos, isto é, movimentos de classes, com o objetivo de impor os seus interesses de forma geral, de uma forma que possui força coercitiva- social geral (GOHN, 1997, p.177), mas sempre vinculando à luta de classes.

Tanto Lenin como Marx estavam interessados na transformação da realidade social, e a questão dos movimentos sociais era central na luta dos trabalhadores enquanto práxis sociais revolucionárias.

Em Lenin há um ponto muito claro: a determinação fundamental do partido enquanto a vanguarda da classe. Ele estabelece distinção nítida entre a organização operária para a luta econômica e para a luta política.

Na luta econômica a organização deve ser profissional, organização operária aparece nas críticas aos tipos de organização da época, na Rússia durante o trabalho nos bairros, articulando ao trabalho de fábrica de forma explícita, estatutária, regulamentada, as reivindicações que os operários querem formular deveriam ser transmitidas a uma organização operária restrita e não ampla (GOHN, 1997, p. 181).

No debate marxista sobre os movimentos sociais também fez importante contribuição a autora Rosa Luxemburgo, que destacou especialmente a espontaneidade das massas e suas iniciativas criadoras, com vistas a vencer o capitalismo. Para autora, “ a evolução é vista como um processo relativo à consciência dos homens é o produto de suas experiências, surge em função delas e atua como sua força integradora, age em defesa e transmutação dessas mesmas experiências e fiel ao marxismo humanista e libertário” (GOHN, 1997, p.182).

Outros autores como Trostky e Mao Tsé Tung fizeram contribuições importantes de análise dos movimentos sociais, mas destaca-se nesse texto, as reflexões trazidas por Antônio Gramsci

Ninguém induz ninguém sozinho, há um sistema de correlação de forças no qual a cada pressão há uma resposta ou uma atuação antecipada a opressões. Gramsci é o autor que mais contribuiu para a análise das lutas e movimentos populares urbanos realizados na América Latina nos anos 70 e iniciado dos anos 80. Entre os clássicos do marxismo ele é o autor que fez a ponte possível para a compreensão da realidade: a articulação entre as análises estruturais e as conjunturais (GOHN, 1997, p. 188).

Por outro lado, o paradigma marxista sofre críticas por não abarcar a diversidade social no interior das suas lutas.

Assies destaca que elementos como socialização, processo educativo, interação social, autoconsciência, não consciência, identidades coletivas e individuais baseadas e fatores de gênero, preferências sexuais, etnicidade etc. permaneceram alheios às principais correntes marxistas de análise e reflexão”. (GOHN, 1997, p. 175).

Merecem destaque outros autores na definição dos movimentos sociais e especialmente a sua finalidade e alcance. Castells vai afirmar que os movimentos sociais “possuem limites políticos e técnicos, estão sujeitos ao jogo do clientelismo político, em troca de demandas imediatas. As reformas não correm sem opressões. Sem movimentos não há condição para uma reforma urbana

democrática, porque há como detectar as reais necessidades”. (GOHN, 1997, p. 193). Os limites estariam justamente vinculados à sua adaptação ao nível político local e sua pureza deveria consistir “na sua capacidade de emergir fora da cena política e das organizações partidárias.” (GOHN, 1997, p. 195).

E nesse quesito, os novos movimentos sociais, ao utilizarem das tecnologias de informação para sua mobilização, como o movimento 15M da Espanha, ou as manifestações de junho e 2013 no Brasil, diferenciando-se de movimentos tradicionais por não terem centralidade de direção, nem pauta de reivindicações previamente definida acabam distanciando-se do poder político e talvez possam ser, quando todas as condições de análise estiverem disponíveis, serem considerados desvinculados do poder político estabelecido e se estabelecerem como mecanismos de fortalecimento da Democracia.

4. CONCLUSÃO

Os novos movimentos sociais carregam consigo várias características que os diferenciam dos movimentos tradicionais, como a utilização dos meios tecnológicos de comunicação, que pela velocidade da comunicação consegue amplificar os debates sobre os mais diversos assuntos, sejam eles política, economia, religiões, ou sobre qualquer outra coisa passível de atrair interesse social. Foi a adoção destes instrumentos que fez com que milhares de adultos e adolescentes manifestassem suas opiniões, juntando-se em um lugar aberto ao público para, então, que todas as pessoas que passassem por aquele local parassem e discutissem sobre tais assuntos ali abordados, como os movimentos 15M, Primavera Árabe ou as manifestações de junho no Brasil.

Justamente no movimento 15M essa característica foi marcante, porque a partir das redes sociais, milhares de pessoas espontaneamente saíram às ruas, sem atrelamento a bandeiras de partidos políticos ou sindicatos. Cerca de 130 mil pessoas foram às ruas da Espanha, chegando de todos os cantos do país e agitando os corpos de indignação, rompendo a atomização e a impotência social.

A manifestação 15M alterou a relação entre o tolerável e o desejável pela sociedade espanhola. O desafio era levar os movimentos que eram vividos na Internet para a rua. Um limite que muitos não acreditavam que poderia ser

cruzado, mas mostrou-se possível, numa verdadeira articulação horizontal e democrática que expressou as angústias e os desejos comuns a cada manifestante.

Conclui-se, com esta pesquisa, portanto, que os movimentos, sejam eles novos movimentos sociais ou não, serviram para a consolidação democrática, na medida em que levaram não só um grupo de pessoas a lutarem por ela, mas várias pessoas de diversas classes sociais a lutarem pelos seus direitos, estabelecendo um espaço próprio para discutirem ações e pautas de reivindicações.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. Coleção Democracia Participativa. São Paulo: Cortez, 2009.

BORJA, Jordi. **Movimientos sociales urbanos**. Buenos Aires, Ed. Siap. 1975.

CARDON, Dominique. **A democracia internet: promessas e limites**. Tradução de Nina Vincent e Tiago Coutinho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Movimientos sociales urbanos**. Madri. Siglo XXI.1974.

COHEN, Jean. **Civil Society and Political Theory**. Mit Press, 1992.

FERREIRA, Delson. **Manual de Sociologia – Dos Clássicos à Sociedade da Informação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997, p. 121-207.

_____, Maria da Glória. Conselhos gestores e gestão pública. **Revista Ciências Sociais**. Unisinos, Rio Grande do Sul, v. 42, n. 1, p. 5-11. Acesso em 01.nov.2017.

_____. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

_____. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Minas Gerais, v.16, n. 47, p. 333-351.

LAMBERTUCCI, Antônio Roberto. **A participação social no governo Lula**. São Paulo: Cortez, 2009)

GUATTARI, Felix. **Revolução molecular**. São Paulo. Brasiliense, 1985.

GUSFIELD, Joseph R. The reflexivity of social Movements, in LARANA, JOHNSTON e GUSFIELD. **New social Movements**. Filadélfia, 1994.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

MELUCCI, Alberto. **Liberation or Meaning? Social movements, Culture and Democracy**. Londres, Sage vol.23n 3, 1992.

_____. **Challenging Codes**. Cambridge. Press, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 15, nº 1, p. 5-22, 2007. Acesso em 15.nov.2017.

UNIVERSIDAD NÓMADA. **Democracia distribuída: Miradas de la Universidad Nómada al 15m**. Madrid, 2011. Disponível em:
file:///D:/Docs_User/Documents/MESTRADO/PROFESSOR%20ANDRE/ddun15m.pdf. Acesso em: 25. Ago. 2017.